

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

URBANISMO SUSTENTÁVEL E COMUNIDADES EM ÁREAS URBANAS VULNERÁVEIS: NOVAS UTOPIAS?

ST: URBANISMO SUSTENTÁVEL: HÁ UM CAMINHO BRASILEIRO?

Heliana Faria Mettig Rocha
Universidade Federal da Bahia
helianamettig@ufba.br

URBANISMO SUSTENTÁVEL E COMUNIDADES EM ÁREAS URBANAS VULNERÁVEIS: NOVAS UTOPIAS?

RESUMO

Os falanstérios de Fourier e as cidades-jardins de Howard foram proposições precursoras do conceito de urbanismo sustentável. Mesmo que ambas tenham sugerido a autogestão na produção dos espaços da moradia e convívio, a primeira está condicionada ao edifício do bem estar coletivo e a segunda às idealizações do campo na cidade. Argumenta-se que essa influência unidirecional, na qual o urbanista propõe soluções para os problemas da sociedade é o fator que diferencia aqueles utopistas dos protagonistas das ações que procuram responder aos problemas urbanos atuais. Iniciativas emergentes estão presentes em ações da sociedade civil, nos coletivos cidadãos que atuam no espaço público por direitos e melhorias da qualidade de vida, assim como na ação de instituições engajadas em processos de cooperação à serviço de comunidades em áreas vulneráveis, ou ainda em processos de autogestão surgidos em comunidades. Contudo, estas ações não são hegemônicas e coexistem com os processos de contínua expansão urbana e disputa econômica do espaço das cidades, caracterizados pela concentração de riquezas, desigualdades, segregação social, extrema exploração de recursos naturais e manipulação subjetiva do consumo, sendo fatores geradores de vulnerabilidades socioambientais em situações crescentemente insustentáveis. Formas emergentes na produção dos espaços na cidade demonstram buscar a expressão do interesse coletivo, a partir do discurso da sustentabilidade como princípio da qualidade de vida através do direito ao acesso as condições saudáveis de existência, cidadania, identidade local, considerando as próximas gerações. Da convergência de interesses individuais e coletivos surgem conteúdos para além daqueles tecnicistas e unidirecionais, indicando cenários transformadores do modo de vida e do ambiente construído. Seriam novas utopias contemporâneas? Muitas provocações colocam-se como potenciais de resiliência urbana, ao transformar impactos socioambientais de áreas vulneráveis em novas dinâmicas nos espaços de morar e conviver.

Palavras-chave: Utopias Urbanísticas. Iniciativas Emergentes. Autogestão.

SUSTAINABLE URBANISM AND COMMUNITIES IN VULNERABLE URBAN AREAS: NEW UTOPIAS?

ABSTRACT

The Fourier's phalansteries and Howard's garden cities were forerunners propositions of sustainable urbanism. Even though both have suggested self-management in the production of housing and living spaces, the first is subject to the building of the collective well-being and the second to the idealizations of the field in the city. It is argued that unidirectional influence, in which the urban planner proposes solutions to the problems of society is the factor that differentiates those utopians of the protagonists of actions that seek to respond to current urban problems. Emerging initiatives are present in civil society actions in collective citizens who work in the public space for rights and improvements in quality of life as well as in the action of institutions engaged in cooperative processes to community service in vulnerable areas or in self-management processes arose in communities. However, these actions are not hegemonic and coexist with the ongoing processes of urban expansion and economic dispute of the space of cities, characterized by the concentration of wealth, inequality, social segregation, extreme exploitation of natural resources and consumerism, which are generating factors of environmental vulnerabilities in increasingly untenable situations. Emerging forms in the production of spaces in the city demonstrate to seek collective interest expressions, from the discourse of sustainability as a principle of quality of life through the right to access to healthy living conditions, citizenship, local identity, considering future generations. The convergence of individual and collective interests arise contents beyond those technicians and unidirectional, indicating changing scenarios of the way of life and the built environment. Would be new contemporary utopias?

Many provocations are placed as potentials of urban resilience, transforming social and environmental impacts of vulnerable areas in new dynamics in the spaces of living and getting along.

Keywords: Urban Utopias. Emerging Initiatives. Self-management.

1. INTRODUÇÃO

Precursoras do surgimento dos conceitos de sustentabilidade urbana e urbanismo sustentável, já havia proposições dos socialistas utópicos no início do século XIX, desde os falanstérios de Fourier às cidades-jardins idealizadas por Howard e seus seguidores na virada para o século XX. Mesmo que ambas tenham sugerido a autogestão na produção dos espaços da moradia e convívio, as primeiras foram condicionadas ao edifício do bem estar coletivo e, as seguintes foram idealizações que traziam o campo para a cidade. Segundo Choay (1992), o pouco sucesso dessas práticas se deve à maior parte de suas ideias terem se pautado no imaginário, desconsiderando aspectos relevantes do contexto social, político e econômico, sendo um fator relevante para o desvirtuamento dessas propostas nas suas tentativas de implantação. Foram muitas vezes traduzidas, ou mesmo, reduzidas aos interesses hegemônicos do capital financeiro que produziram o espaço urbano no último século.

Neste artigo argumenta-se que essa influência unidirecional, na qual o urbanista propõe soluções para os problemas da sociedade é o fator que diferencia aqueles utopistas dos protagonistas das ações que procuram responder aos problemas urbanos atuais: seriam novas utopias contemporâneas?

Desde o final do século XX, surgem com mais evidência iniciativas alternativas frente aos impactos sociais e ambientais cada vez mais tensionados na vida urbana. Estão presentes em ações da sociedade civil organizada, nos coletivos que atuam diretamente no espaço público por direitos e melhorias da qualidade de vida, assim como na ação de instituições engajadas em processos de cooperação à serviço de comunidades em áreas vulneráveis, ou ainda em processos de autogestão surgidos em comunidades. Estas ações não são hegemônicas e coexistem com os processos de contínua expansão urbana e disputa econômica do espaço das cidades, caracterizadas pela concentração de riquezas, desigualdades e segregação social, extrema exploração de recursos naturais e crescente manipulação subjetiva para o consumismo nas sociedades (Lefebvre, 1968; Santos, 2001; Guatarri, 2001). Vulnerabilidades socioambientais têm sido observadas em todo mundo, em países periféricos ou centrais, reunindo expressões mais ou menos intensas nas comunidades urbanas, sob pressão da mercantilização das cidades, fragmentação espacial, segregação social, degradação ambiental e instabilidade política, situações crescentemente insustentáveis.

A partir de um dos discursos existentes sobre sustentabilidade, identificado por Acserald (1999) como o princípio que promove a qualidade de vida através do direito ao acesso as

condições saudáveis de existência, da cidadania e da identidade local, considerando as próximas gerações, pretende-se analisar aquelas que expressam o interesse coletivo na cidade, pelo urbanismo sustentável, observando as que buscam integrar questões socioambientais nos espaços de moradia e convívio. Partindo de um viés não-hegemônico (Rocha, 2013), analisam-se os conteúdos existentes em exemplos de práticas urbanas emergentes (Conley, 2010) e de alguns movimentos como o “Cidades em Transição”¹ e o movimento das ecovilas², dentre outros processos que inspiram práticas autogestionárias.

Essas experiências são resultantes da convergência de interesses individuais e coletivos, e trazem proposições de conteúdos plurais presentes nessas comunidades para além daquelas dos especialistas urbanistas, muitas vezes, tecnicistas e unidirecionais. Dessa forma, também são despertados outros papéis para os profissionais de arquitetura e urbanismo em processos de cooperação com moradores locais em projetos para a microescala urbana.

Ao observar essas práticas, identificam-se cenários de transformação da realidade do ambiente construído, das pessoas e grupos sociais que aí vivem, os quais têm inspirado mudanças no ambiente urbano. Diante desse fenômeno, é indagado se essas experiências seriam portadoras de práticas alternativas ou se seriam novas utopias? Nesse questionamento, muitas provocações colocam-se como potenciais de resiliência comunitária³ urbana, ao transformar impactos socioambientais presentes em áreas vulneráveis em novas dinâmicas, no contexto do urbanismo sustentável.

2. INTEGRANDO DUAS VERTENTES DA QUESTÃO AMBIENTAL

Para iniciar a análise, são examinadas duas vertentes da questão ambiental ainda não completamente integradas: a dos socialistas utópicos e a dos ambientalistas⁴, buscando encontrar suas contribuições para o momento atual em aproximação ao urbanismo sustentável. Em princípio, ambas são não-hegemônicas, no sentido de não terem

¹ *Transition Towns* é um movimento mundial que surgiu a partir do inglês Rob Hopkins, com a intenção de transformar cidades em modelos mais sustentáveis, menos dependentes do petróleo, mais integradas à natureza e menos suscetíveis às crises externas, tanto econômicas quanto ecológicas. Atualmente, somam-se mais de 1.400 iniciativas distribuídas no mundo (HOPKINS, 2008).

² Genericamente, as ecovilas são consideradas “assentamentos humanos ou comunidades intencionais, presenciais, cujos princípios e práticas se voltam para a sustentabilidade, em diversas dimensões e níveis” (DAWSON, 2006)

³ Resiliência comunitária é uma forma criativa e coletiva de superar as adversidades e desafios nas relações interpessoais e na superação de impactos sociais e ambientais numa comunidade. Vai além do conceito de resistência, por não assumir respostas reacionárias, mais pacíficas.

⁴ O movimento ambientalista teve como principal alvo de críticas o lançamento de grandes quantidades de produtos químicos no meio ambiente, sem o entendimento dos seus impactos sobre a biosfera. O livro *Silent Spring* da escritora e bióloga Rachel Carson foi um marco e provocou a proibição do uso de produtos químicos e pesticidas nos Estados Unidos no começo da década de 1970.

predominado na ideologia dominante no século XX. Muito por não colaborarem diretamente com a concentração de riquezas, sustentáculo da sociedade capitalista. Entretanto, moveram-se em paralelo, determinando movimentos e práticas que também produziram o espaço, em escalas menores. Outra semelhança é o valor dado a proximidade do homem com a natureza, o que se refletiu na proposta das cidades-jardins de Howard (1889), no primeiro caso, e na proposta de 'projetar com a natureza', de Ian McHarg (1969), com a diferença de quase um século entre ambas.

A carga utópica dos primeiros, já comentada por Choay (1992), de certa forma, foi motivo de crítica também nos seguintes, muito por não sensibilizarem as forças políticas e econômicas que tem dominado as diretrizes sobre a propriedade da terra e uso do solo urbano. Nota-se que ambas partiam de fora das comunidades e da microescala local, o que permite induzir uma ausência das pessoas na definição e produção dos espaços de morar e conviver. O ambiente, portanto, era reduzido ao meio externo, sendo observado por diferentes perspectivas: os utópicos, como recurso de promoção da saúde e bem estar, contribuindo com a paisagem; os ambientalistas e afins, como componente de um sistema de cooperação, colaborando com a conservação e a preservação das espécies. Em síntese, o ambiente tratado por essas vertentes não-hegemônicas, foi visto como composição de paisagem ou como parte de um sistema integrado à cidade. Muito diferente do que o sistema hegemônico o considerava: como recurso inesgotável dominado pelo homem⁵.

3. UTOPIAS URBANAS UNIDIRECIONAIS

Nessa perspectiva, o conceito de utopia tem uma ligação inversa com o de hegemonia. Utopia, como não-lugar, enquadra-se naquilo que o sistema não acolhe como prevalente, por enfatizar apenas o que reforça a concentração de riquezas e, conseqüentemente, de pobreza. A perspectiva do urbanismo utópico da virada para o século XX envolvia um direcionamento muito particular por quem propunha soluções, a partir de uma visão de voo de pássaro, por intermédio dos pré-urbanistas. Os socialistas utópicos (Fourier, Godin, Owen), não menos críticos que os autointitulados "científicos"⁶, já identificavam no sistema industrial capitalista emergente a origem de muitos problemas para a sociedade e,

⁵ O pensamento tecnicista linear considera os recursos ambientais inesgotáveis e disponíveis para a exploração indefinida pelo homem (McHarg, 1969; Guatarri, 2001).

⁶ Remetendo-se ao final do século XIX, no período industrial iniciado em 1760 nas cidades inglesas, a vida era insalubre e imprópria. Formada por camponeses que se desligaram do campo para trabalhar nas cidades para os donos dos meios de produção, a classe operária vivia com baixos salários e jornadas de trabalho de 16 horas diárias, o que fez surgir as primeiras análises críticas sobre esta situação. Os autointitulados socialistas científicos (Engels e Marx) se autodiferenciavam dos socialistas utópicos por relacionar a questão com a luta de classes e a existência da mais valia sobre o trabalho, o que os levava a propor uma construção de uma nova sociedade a partir do despertar da classe operária reprimida e da construção de uma sociedade comunista por meio de uma fase de transição socialista. Essa visão não foi expressa em proposições urbanísticas.

propuseram modos diferenciados de organização social cooperativada, de característica autogestionária. Em paralelo, desenvolveram propostas urbanísticas revolucionárias para a época, baseadas em princípios que dariam suporte a sociedades mais igualitárias em termos de oportunidades individuais, mais humanizadas e harmonizadas com a natureza, o que promoveria saúde e qualidade de vida, associando a uma organização social mais justa. No entanto, essas alternativas eram promovidas por quem detinha o poder, membros da Igreja ou industriais que despertavam para uma visão mais humanitária. Na primeira metade do século XIX, o sociólogo francês Charles Fourier⁷ propôs os falanstérios e Jean-Baptiste Godin, os familistérios⁸ como moradia comunitária, onde até mesmo a entrada de luz em cada cômodo era calculada de forma equitativa em relação aos outros cômodos, evitando desigualdades. Fundamentado na tese de que era possível estabelecer uma sociedade verdadeiramente justa, de cooperativismo integral e autossuficiente, os benefícios obtidos seriam repartidos entre os moradores da falange e os capitalistas, investidores da sua construção – o que não ocorreu. Como uma cidade construída no campo, ao mesmo tempo urbanos e rurais, os falanstérios seriam autossuficientes, trocariam bens entre si, teriam associação voluntária dos membros e não ultrapassariam 1.600 pessoas em um mesmo complexo edificado. Cada pessoa seria livre para escolher seu trabalho, podendo mudar quando desejasse. Uma rede extensa desses edifícios seria a base da transformação social e, por experimentação, daria origem a um novo mundo. Nesse modelo, as pessoas eram comparadas a ‘máquinas vitais’ que precisavam de investimentos para garantir um bom desempenho, sendo ao mesmo tempo, vítimas de um sistema que as ameaçava, sendo o projeto do edifício a solução para o bem estar coletivo.

Entretanto, na virada para o século XX, a cidade de Londres já abrigava cerca de um milhão de pessoas, dentre trabalhadores homens, com melhores salários que mulheres e crianças, em condições miseráveis de trabalho, morando em áreas urbanas vulneráveis com risco de saúde. Esse contexto fez surgir propostas socialistas variadas e, dentre as que evidenciaram uma expressão espacial para os espaços de morar e conviver, a vila operária de Robert Owen se destacou. Por volta de 1800, ao considerar que os administradores das fábricas tinham papel de reformadores, refazendo as instalações dos trabalhadores da fábrica rural de fiação de algodão *New Lanark*, no Reino Unido. Construiu casas melhores, criou armazém com mercadorias a preço módico, promoveu controle das bebidas alcoólicas reduzindo o vício e o crime, além de ter fundado a primeira escola maternal britânica em

⁷ Em 1808, Fourier escreveu *Aviso aos civilizados a respeito da próxima metamorfose social*.

⁸ Gerido de uma perspectiva empresarial, ainda que segundo um espírito comunitário (de acordo com as teorias sociais de Saint-Simon e Owen, além do já referido Fourier), o familistério durou até 1968, o que o torna um exemplo de sucesso.

1816. Esta iniciativa, assim como a colônia socialista *New Harmony* nos EUA em 1824, promoviam melhoramentos na qualidade de vida da classe trabalhadora. Mesmo tendo sido fechada apenas em 1968, questiona-se: Havia promoção da liberdade, do engajamento e da autogestão? A pesquisa mostra que as ações reformistas partiam de uma visão particular de alguns e não do coletivo. O êxito dessas práticas foi experimentado pelos trabalhadores que foram pacificamente beneficiados a partir da visão humanista de uma parcela de industriais visionários que, ao protagonizarem as mudanças, não conseguiram desviar a hegemonia dos interesses do capital.

No final do século XIX, em 1889, o estudioso e visionário Ebenezer Howard⁹, posteriormente considerado pré-urbanista, publicou *Cidades Jardins de Amanhã* e descreveu uma cidade em que as pessoas poderiam viver em harmonia com a natureza, refletindo sobre as questões sociais e produtivas. Howard denunciou a maneira como as cidades modernas estavam se desenvolvendo e propôs que os indivíduos deveriam viver em lugares que combinassem aspectos da cidade e do campo apresentando o modelo das cidades-jardins, composta pela conexão entre três magnetos: a cidade, o campo e as pessoas na cidade-campo.

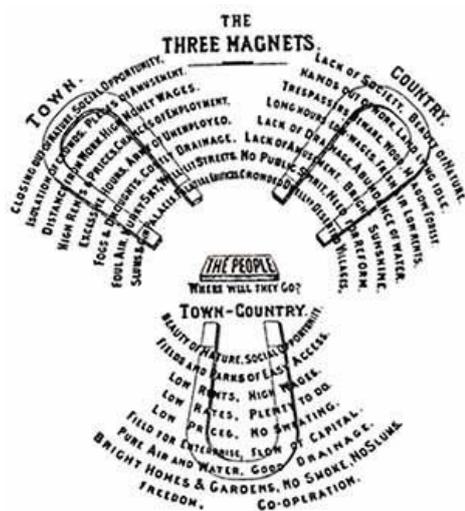


Figura 1 – Os três magnetos. Fonte: HOWARD, 1889.



Figura 2 – Anúncio publicitário da Cidade-jardim de Welwin. Fonte: HOWARD, 1889.

Essa visão, apesar de integradora ao trazer o ambiente para a cidade, não considera uma efetiva participação dos cidadãos no processo. O discurso que enfatizava o interesse coletivo ainda parte “de fora” da comunidade, não considerando a microescala urbana e o cotidiano das pessoas. A linguagem em diagrama apresentava uma visão global de constelação de cidades circundadas de verde e zonas industriais, recurso que pretendia

⁹ Howard foi influenciado pelo romance utópico de 1888 de Edward Bellamy, *Looking Backward*, e o tratado econômico de Henry George, *Progress and Poverty*.

congregar o interesse dos industriais e empreendedores capitalistas na promoção do bem viver. Porém, foi considerada uma proposição utópica, por relativizar o interesse do capital em relação ao bem-estar das pessoas, tornando-se não-hegemônica.

Howard apontava certa inconsistência no pensamento dos socialistas da época:

“A maioria dos escritores socialistas me parece exibir um desejo muito intenso de expropriação de antigas formas de riqueza, quer pela aquisição compulsória quer pela taxação dos proprietários, e eles parecem ter bem pouca ideia de que o método mais verdadeiro consiste em criar novas formas e em criá-las sob condições mais justas. Mas essa última concepção deveria inevitavelmente seguir o adequado entendimento da natureza efêmera da maior parte das formas de riqueza. E não há verdade mais completamente reconhecida pelos escritores econômicos do que a de que quase todas as formas de riqueza material – exceto, é verdade, o planeta no qual vivemos e os elementos naturais – são extremamente fugidias e propensas à degradação” (Howard, 1889, p.180).

Assim, a proposta se originava de uma mente visionária por meio da criação de uma nova cidade, formando uma constelação de cidades de até 32 mil habitantes cada, considerando o planeta com recursos infinitos, não suscetíveis à degradação, evidenciando uma contradição, sob o ponto de vista ambientalista. Naquele contexto, já visualizava a necessidade de uma reorganização social e acreditava que o projeto de uma nova cidade seria suficiente para moldar essa nova sociedade, ao conciliar questões sociais e a visão do empresariado, o que o fez obter apoio das mais variadas posições políticas. Influenciou, assim, o planejamento inglês após a segunda Guerra Mundial e muitos projetos dos subúrbios americanos. Contudo, por não terem contemplado as premissas originais de seu projeto visionário, o fez declarar não ser conivente com muitas dessas derivações. Apesar disso, alguns princípios das cidades-jardins influenciaram projetos em todo o mundo inclusive no Brasil, em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Goiânia, São Paulo, Maringá e Salvador (Gordilho-Souza, 2004).

Relativizando a carga utópica da proposta, poderia ser dito que esse início de abordagem de integração sócio-econômico-ambiental o colocaria como precursor do urbanismo sustentável?

Observam-se influências do cooperativismo em suas propostas, ao defender o direito ao espaço, mesmo com terras agrícolas sendo adquiridas por industriais para instalar a cidade e depois arrendar para os futuros moradores. A cidade-jardim seria como uma empresa privada controlada de forma compartilhada pelos moradores cooperados e o município, reduzindo o papel do Estado. O pensamento de Howard seria o prelúdio de uma relação dinâmica e próspera entre o ambiente no urbano, o crescimento econômico desacelerado e uma reorganização social. Porém, foi criticado por tentar controlar e apostar na sensibilidade

dos detentores do poder econômico industrial. Estes, no entanto, se tornariam mais tarde o poder dominante do Capitalismo Mundial Integrado (Guatarri, 2001).

No final do século XIX, com Cerdá em Barcelona e Haussmann em Paris, esboça-se a ciência do urbanismo com intenções muito mais higienistas e estruturantes do que ambientais e sociais, as cidades vivenciavam situações extremamente danosas para a saúde. No decorrer do século XX, com o crescimento da população das grandes cidades em detrimento da vida no campo, foram gerados projetos de renovação das cidades industriais no pós-guerra por meio de demolições maciças de cortiços, favelas e áreas degradadas, assim como proposições modernistas massivas, as quais motivaram reações cidadãs em muitos países de economia mais estável, criticando o planejamento racional nas décadas de 1960 e 1970, ao questionar a perda do patrimônio material e a falta de qualidade de vida nos centros urbanos.

As crises econômicas mundiais, como a quebra da bolsa de valores em 1929, a crise energética de 1973, e a crise financeira de 1987, motivaram reações adversas nas cidades em nível global, acirrando as relações de dependência econômica e segregação espacial entre países de economia e Estado mais fortes em relação aos menos fortes, em busca por desenvolvimento. Reações na escala local se tornaram constantes, desde as manifestações de movimentos sociais sindicalizados partidários¹⁰, grupos de cidadãos ativistas e, mais recentemente, os 'novos' movimentos sociais, os quais tem tornado a discussão e a participação pública valores importantes em seu próprio direito à cidade.

No momento atual, o capitalismo financeiro movido pelas grandes corporações, ainda fundamentado no paradigma tecnicista demonstra, cada vez mais, sua fragilidade perante as sequelas causadas pela alta concentração de renda e proliferação da pobreza, o que evidencia uma verdadeira crise civilizatória e desmistifica as relações tradicionais de emprego e trabalho que vem se transformando em relações mais autônomas e fluidas.

Para além do ambiente urbano, respostas têm ocorrido de diferentes formas e origens, muitas vezes consideradas pouco expressivas por atuarem na microescala ou estarem afastadas dos centros urbanos e, por não trazerem soluções expressivas e às vezes, não contemplarem comunidades em áreas vulneráveis, acumulam motivos para serem abordadas enquanto territórios utópicos (Santos Jr., 2012), mesmo que colocadas em prática.

¹⁰ Os movimentos sociais sindicalizados focavam na luta pela conquista do poder, reforçando a existência de dois pólos na luta de classes.

4. AMBIENTALISMO E COMUNITARISMO: PROPOSTAS COLETIVAS

Contudo, as propostas de reformulação urbana e social não-hegemônicas praticadas desde o final do século XX, mais precisamente a partir da década de 1960 no pós-segunda guerra mundial, demonstram ter uma característica que se diferencia das propostas utópicas do início do século, tanto pela sua origem (muitas vezes de base autogestionária comunitária) quanto pelo cunho ambientalista (menos ou mais político, porém não partidário). Atrelado às questões socioambientais, o comunitarismo contracultural nas décadas de 1960/70 surgiu de forma reacionária e pacífica, como as aldeias e comunidades hippies (ex. Christiania¹¹ na Dinamarca e a Aldeia Hippie de Arembepe na Bahia). Essas novas aspirações socioculturais ambientalistas, na sequência, passaram a surgir de escolhas pessoais e respostas coletivas de mudança de modo de vida, buscando o convívio mais próximo com a natureza por meio do afastamento dos centros urbanos em áreas periurbanas ou rurais, como as comunidades intencionais do tipo ecovilas¹² (ex. *Findhorn* na Escócia; *Auroville* na Índia; Nazaré Paulista em São Paulo; Terra Mirim e Piracanga na Bahia; Morada da Paz-RS).



Figuras 3 e 4 – Terra Mirim, Simões Filho-BA.
Fonte: acervo pessoal.

O movimento das ecovilas, iniciado nos anos 1970, é também uma tentativa de resposta, territorializada, às crises do projeto civilizatório contemporâneo (SANTOS Jr., 2012). São exemplos de práticas de autogestão comunitária e sustentabilidade socioambiental, em geral, formadas por grupos de pessoas de origem urbana, escolarizadas e que priorizam relações comunitárias e horizontalizadas entre seus membros, fomentando ações de baixo impacto ambiental. Não se configuram modelos replicáveis mesmo demonstrando princípios semelhantes, pois adquirem a forma e características do grupo e do lugar, como o

¹¹ Christiania (1971) originou-se de uma ocupação de organização reacionária de uma área militar abandonada no centro de Copenhague, na Dinamarca, formando coletivamente uma sociedade paralela autogestionada, onde cada indivíduo é livre para expressar-se e ser responsável pela comunidade. Disponível em: <[http:// www.christiania.org](http://www.christiania.org)> Acesso em: 10/05/2016.

¹² As ecovilas genuínas se diferenciam de outras ecovilas como condomínios fechados, que têm sido oferecidas pelo mercado imobiliário por especulação da iniciativa privada.

planejamento permacultural dos espaços, sistemas de trabalho e métodos de tomada de decisão não-convencionais, como a sociocracia¹³.



Figura 5 e 6 – Morada da Paz, Triunfo-RS.
Fonte: acervo pessoal.

Há 20 anos, organizadas em rede de colaboração pela *Global Ecovillage Network - GEN*¹⁴, já reúnem cerca de 15.000 iniciativas no mundo, sendo pouco mais de 200 nas Américas, dentre fases diferentes: em projeto, já iniciadas, em consolidação e finalizadas. Em geral, se organizam por meio de associações, fundações ou cooperativas, praticando formas diferenciadas de propriedade coletiva da terra. As que se instalam no meio urbano adaptam-se como *co-housings*¹⁵, e confirmam os princípios semelhantes de vida comunitária sem buscar o isolamento da sociedade, o que reconhecem poder causar a degradação social e política. Essa forma de morar e conviver, além de facilitar o compartilhamento de recursos, promove a redução do consumo familiar.

Nestas formas de morar e conviver, ecovilas e *cohousings*, verificam-se características semelhantes, como a existência de um processo participativo no desenvolvimento do projeto que reflete em um projeto de vizinhança, instalações comuns, autogestão, ausência de hierarquia e rendimentos separados (nem sempre nas ecovilas), remetendo a uma co-responsabilidade pelas áreas verdes e coletivas (Meltzer, 2005). Algumas ecovilas são exemplos de ocupações que transformaram áreas vulneráveis e áreas militares abandonadas (Fundação Findhorn, Escócia; Ecovila Liebensgarten, Alemanha); edificações

¹³ Forma de tomada de decisão onde a soberania é exercida pela sociedade como um todo, não apenas por algumas de suas partes, na procura da melhor decisão para o conjunto. É fundamental o princípio de auto-organização, assentado nas teorias sistêmicas de inteligência coletiva.

¹⁴ A Rede Global de Ecovilas reúne ecovilas, urbanas e rurais, comunidades intencionais, vilas tradicionais, projetos de transição, projetos permaculturais, educacionais e de ecoturismo. Disponível em:// <http://gen.ecovillage.org/en/projects/map>. Acesso em: 20/05/2016.

¹⁵ Em geral, as *co-housings* têm arquitetura apropriada para a vida comunitária, formadas por unidades privativas integradas por sistemas de lazer, cozinha coletiva, refeitório, oficinas e instalações infantis, abrigando entre 20 a 40 famílias (Meltzer, 2005).

degradadas do patrimônio histórico em lugares com vitalidade (Ecovila Torre Superiori, Itália); bairros e condomínios (L.A. Ecovillage, Los Angeles) e outras que foram projetadas para serem cidades (Cidade universal de Auroville, Índia).



Figura 7 – Ecovila em Findhorn, The Park, Escócia - vista aérea. Fonte: Google Earth.



Figura 8 – Ecovila em Findhorn, The Park, Escócia. Fonte: acervo pessoal.



Figura 9 – Cidade de Auroville, Índia - maquete do plano máster, em espiral. Fonte: acervo pessoal



Figura 10 – Cidade de Auroville, Índia. Fonte: acervo pessoal.

5. PRÁTICAS EMERGENTES: NOVAS UTOPIAS?

Nos centros urbanos, observam-se alguns exemplos de práticas alternativas emergentes, inicialmente de pouca expressão, que se apropriam e/ou transformam espaços de conviver e, eventualmente, de morar. São iniciativas de coletivos cidadãos¹⁶ ligados ao meio ambiente e/ou à arte e à cultura, como os Canteiros Coletivos em Salvador e iniciativas locais, vinculadas ou não ao movimento “Cidades em Transição”, em geral, conectadas em redes nacionais e internacionais (Bairro da Paz-SP; Parque Linear do Canivete, Vila Brasilândia-SP; Agrofloresta no Parque Sitiê, Morro do Vidigal-RJ; Utopia e Luta-RS; Muda SP-SP; Largo do Batata-SP; dentre tantos outros). Demonstam, a partir de uma atitude proativa, uma organização que parte do interesse pessoal de poucos e que atraem a ação

¹⁶ Coletivos cidadãos são atores engajados da economia solidária, empreendedores prontos para mudar o olhar sobre a economia e sobre o mundo, usuários de moedas sociais, adeptos das trocas de bens e das trocas de saberes, atores da rede cidades em transição, moradores de ecobairros e de ecovilas, membros de alianças cidadãs de todos os gêneros, fóruns sociais de diversos horizontes, pactos de associações e de cidadãos, grupos informais de cidadãos, políticos fora da lógica partidária, criativos culturais, cooperadores de todos os países (Nunes; Maltcheff, 2014).

coletiva de formação em rede distribuída, sem hierarquia. Essas iniciativas demonstram combinar ética, estética e responsabilidade sobre o ambiente enquanto paisagem e patrimônio de preservação, sobretudo, com o objetivo de constituir um espaço de uso coletivo de qualidade. Ou seja, as duas vertentes ambientais ganham um elemento essencial agregador – o fator humano.

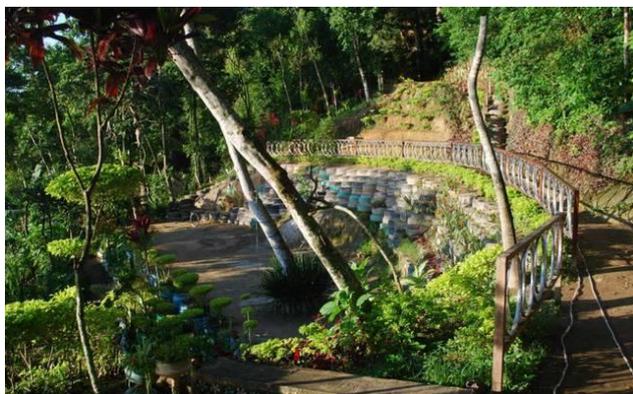


Figura 11 – Parque Sitiê, Morro do Vidigal – RJ.
Fonte: Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br>
Acesso em: 20/05/2016



Figura 12 – Canteiros Coletivos, Salvador-BA.
Fonte: Disponível em: <http://canteiroscoletivos.com.br>
Acesso em: 20/05/2016

Analisando caso a caso, em pesquisa de doutorado em andamento¹⁷, identifica-se iniciativas onde os protagonistas das proposições e práticas em países emergentes como o Brasil surgem da própria comunidade local, enquanto pessoas afetadas pelo problema do lixo, da violência, do abandono de áreas ou da falta de áreas de convívio. Enfim, a ‘falta’ é o um dos fatores recorrentes. Mesmo com diferenças no contexto, apresentam similaridades no conteúdo e na forma de abordagem da questão ambiental urbana. Em geral, surgem de atitudes de indignação que, ao serem subjetivadas, retornam com uma força criativa e inovadora de expressão no espaço físico. Essa força, a princípio, individual-pessoal se manifesta de forma coletiva, pois agrega por afinidade outras pessoas que passam por processos semelhantes de tomada de consciência.

Seriam estas práticas, novas utopias urbanísticas? Teriam maior potencial de sustento e continuidade? Seriam estas respostas a impactos socioambientais fomentadoras de resiliência comunitária?

As categorias de análise da pesquisa, identificadas nas primeiras utopias urbanísticas como princípios da autogestão social comunitária e da conexão campo-cidade, remetem aos mais recentes estudos de paisagem ambiental urbana, por um lado, e ao movimento ambientalista que reivindica medidas de preservação e conservação ambiental, por outro. Sobretudo, uma ampla mudança nos hábitos e valores da sociedade é exigida para se

¹⁷ Pesquisa de doutorado em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU/FAUFBA, sob orientação da Profa. Dra. Angela Gordilho Souza.

estabelecer um novo paradigma. Assim, torna-se necessária a integração das duas vertentes da questão ambiental, unindo percepção e tratamento do ambiente, paisagem e natureza. E, essa combinação com economias mais criativas, mudanças de modo de vida e práticas de autogestão comunitária na microescala local, mesmo que incipientes, já demonstra expressões mais duradouras nos espaços coletivos. Observa-se essas dimensões se integrando em proposições experimentais nos espaços de moradia e convívio em comunidades intencionais, e também em comunidades urbanas em áreas vulneráveis. As características da indignação e do desafio as permeiam de formas diferentes. Mas se assemelham por partirem de um movimento de 'dentro para fora' ou 'de baixo para cima'.

O urbanismo sustentável, como ciência que busca conciliar no ambiente urbano certa cooperação entre os setores financeiros, representados por investidores e proprietários de terra; os setores de preservação do meio ambiente para a manutenção dos recursos essenciais como água e energia, considerando as próximas gerações; e a coletividade, formada por pessoas cientes de seus direitos e responsabilidades, engloba questões difíceis de serem consideradas mutuamente e encontra-se no limiar de uma utopia contemporânea.

6. CONCLUSÕES

Considerando o urbanismo sustentável uma tendência utópica no Brasil, no sentido não-hegemônico, por prevalecer interesses do poder capitalista corporativo, perseguiu-se um outro ponto de partida para a reflexão: da perspectiva do intelectual que visualiza uma solução coletiva para um grupo de indivíduos para outra, que parte da subjetividade de alguns e contempla outros por agregação.

Os protagonistas técnicos e intelectuais com uma atitude visionária e externa foram e têm sido criativos em projetos de intervenção que pouco se sustentam. Muitas vezes, acabam se enquadrando como utopias por não alcançarem a hegemonia do pensamento urbanístico ou por não estarem alinhadas com interesses dos setores detentores do poder financeiro. Mas também, pela falta de aproximação à realidade das pessoas e do lugar. Percebe-se que as protagonizadas por insurgências locais, auto-organizadas e com participação efetiva nas tomadas de decisão para o ambiente da moradia e do convívio, têm tido mais chance de sobreviver para além das utopias.

Nesse segundo contexto, o reposicionamento dos papéis do arquiteto e urbanista pode suprir as demandas de suporte técnico, de forma a mediar soluções a partir da escuta sensível das comunidades urbanas e periurbanas, e de coletivos ou iniciativas que, a todo momento, emergem em prol de questões recorrentes, desde as mais cotidianas e locais às mais universais. A promoção de um urbanismo adequado à microescala de bairros e

comunidades, ao ser expandido a uma escala ampliada e diversa, pode auxiliar no processo complexo que inicia “de dentro para fora”. Dessa forma, práticas utópicas territorializam-se, transformando a realidade da microescala humana e urbana, conciliando questões ambientais, sociais e econômicas nas realidades e necessidades locais.

No último século, quem ocupou esse lugar de protagonista nas transformações do ambiente urbano por meio de intervenções na macroescala urbana foi o poder das grandes corporações, inclusive na promoção velada da autoconstrução como um fenômeno recorrente que acontece em paralelo nos países emergentes. Na virada para o século XXI, organizações fundamentadas na autogestão estão na frente da luta por moradia digna dando continuidade a um processo democrático de conquistas gradativas porém altamente sabotadas pelo sistema institucionalizado no país. Entretanto, é importante ressaltar que:

“Reverter esse rumo buscando desenvolver uma gestão urbana que diminua a desigualdade e amplie a cidadania não é tarefa simples nem de curto prazo e nem pode ser empreendida apenas em nível local, por maior que seja a vontade. As propostas aqui esboçadas não têm qualquer virtude em si, mas podem constituir referências num contexto de avanço dos setores democráticos” (Maricato, 2008).

Seguindo o pensamento de Maricato, a inspiração que vem de outros movimentos podem constituir referências e, ao combinar questões das duas vertentes ambientais com a autogestão, qualificam espaços de moradia e de convívio que tendem a promover resiliência comunitária, comprovando que utopias práticas passam por constantes adaptações à realidade das pessoas e dos lugares. O caminho que tem emergido de ‘dentro para fora’ das comunidades em áreas vulneráveis e que, aos poucos, tem sido reconhecido e apoiado por profissionais que lidam com a complexidade urbana, mesmo que considerado utópico do ponto de vista hegemônico no Brasil, são também referências em um contexto de avanço dos setores democráticos.

BIBLIOGRAFIA

Acselrad, Henry. *Discursos da Sustentabilidade Urbana*. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional – IPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

Andrade, Liza Maria Souza de. *O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis*. In: arqtextos 042.02, ano 04, nov. 2003.

Choay, Françoise. *O Urbanismo: Utopias e Realidades, uma Analogia*. 3a. Ed., São Paulo: Perspectiva, 1992. 350p. (Coleção Estudos 67. Série Urbanismo).

Conley, Verena Andernatt. *Urban Ecological Practices: Félix Guattari's Three Ecologies*. In: Mostafavi, Mohsen; Doherty, Gareth (Eds.). *Ecological Urbanism*. Harvard University Graduate School of Design. Ed. Lars Muller Publishers, 2010, pgs. 138-139.

Dawson, Jonathan. *Ecovillages: New Frontiers for Sustainability*. Schumacher Briefing No. 12, Green Books, 2006.

Gordilho-Souza, Angela. *Da idealização do subúrbio à construção da periferia: Estudo da expansão suburbana no século XX, em Salvador-BA*. In: VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Niterói, 2004.

Guatarri, Félix. *As três ecologias*. Campinas-SP: Papirus, 2001.

Hopkins, R. *The Transition Handbook: From oil dependency to local resilience*. Devon, England: Green Books, 2008.

Howard, Ebenezer. *Cidades-Jardins de Amanhã*. (tradução de Marco Aurélio Lagonegro, original de 1889). São Paulo: HUCITEC, 1996.

Lefebvre, Henry. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991. Título original: *Le Droit à La Ville* (1968).

Leff, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

Maricato, E. As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias. In: Arantes, O. et al (org.) *A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

McHARG, Ian. *Design with Nature*. New York: Natural History Press, 1969.

Meltzer, Graham. *Sustainable Community. Learning from the Cohousing Model*. Canada: Trafford, 2005.

Morais, Regis de. *A Ecologia da Mente*. Campinas-SP: Editorial Psy, 1993.

Nunes, D.; Maltcheff, I. *Novos Coletivos Cidadãos*. Salvador: REDE, 2014

Rocha, Heliana Faria Mettig. *Cidades em Transição e Outros Ideários Urbanos: novas utopias urbanísticas?* In: Anais UrbBA 2013. Disponível em: <http://urbba13.blogspot.com.br/p/trabalhos-completos.html>> Acesso em: 05/04/2016.

Santos, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

Santos Jr., Severiano J. *Território, Utopia e a Construção de Espaços Emancipados na Contemporaneidade: o caso das ecovilas*. XVII Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte, 2012.